



Número: **0600468-61.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Vitor Roberto Silva**

Última distribuição : **11/10/2020**

Processo referência: **0600355-11.2020.6.16.0032**

Assuntos: **Conduta Vedada ao Agente Público, Propaganda Política - Propaganda Institucional, Mandado de Segurança**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança Cível com pedido liminar nº 0600468-61.2020.6.16.0000 impetrado pela coligação Palmas Rumo ao Futuro 40-PSB / 55-PSD / 45-PSDB contra o ato coator do Juiz Eleitoral da 32ª Zona Eleitoral de Palmas/PR, Dr. Eduardo Ressetti Pinheiro Marques Vianna, figurando como litisconsortes passivos necessários Marcos Antonio da Silva Gomes, Izaías Mikilita, Rafael Bosco de Souza, Luiz Otavio Sendeski, Silvana de Melo Ribas, Nilson Butner, Fernando Souza da Silva e Luiz Guesser que indeferiu o pedido liminar nos autos de Representação Especial por conduta vedada a agentes públicos nº 0600355-11.2020.6.16.0032, ajuizada pela coligação Palmas Rumo ao Futuro 40-PSB / 55-PSD / 45-PSDB em face dos ora litisconsortes passivos necessários, com fundamento no art. 73 da Lei nº 9.504/1997 (Lei Das Eleições - LE) c/c o art. 83 e seguintes da Resolução-TSE nº 23.610/2019 c/c art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei Das Inelegibilidades - LI) c/c o art. 44 e seguintes da Resolução-TSE nº 23.608/2019, alegando que a Câmara Municipal de Palmas está mantendo veiculação de propaganda institucional, por meio do seu site oficial, na rede social Facebook, apesar das vedações impostas pela legislação eleitoral. Alega que na referida página existe clara propagação de propaganda institucional relativa a feitos realizados pelo legislativo de Palmas. Transcrição postagens: "Legislativo realiza 26ª Sessão Ordinária do ano [...]"; "Vereadores realizaram importante Sessão nesta segunda-feira [...]"; "Vereadores que fazem parte das Comissões Permanentes e o Presidente do Legislativo, Marcos Antônio da Silva Gomes se reuniram na tarde desta quarta-feira (22) com o contador da prefeitura [...]"; "Legislativo realiza 20ª Sessão Ordinária do ano [...]"; "Comissão começa a averiguar reforma do Centro empresarial [...]"; "Os vereadores Izaías Mikilita, Rafael Bosco de Souza, Silvana Ribas e Fernando Souza da Silva, juntamente com o assessor jurídico da Câmara Municipal de Palmas, Marcus Vinicius Taques [...]". (Requer: - liminarmente e inaudita altera parte, no prazo de 1 (um) dia e sob pena de multa diária, seja cassado o ato coator para fim de determinar:b.1) Que os Litisconsortes façam cessar a publicidade institucional vedada que foi denunciada nestes autos; b.2)Que os Litisconsortes sejam proibidos de reexibir a publicidade institucional vedada que foi denunciada nestes autos, ainda que por meio de comunicação oficial diverso, pelo menos até o julgamento do mérito da Representação de origem; - seja consolidada a medida liminar almejada e, por conseguinte, concedida definitivamente a segurança pleiteada).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT (IMPETRANTE)	LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)

PALMAS RUMO AO FUTURO 40-PSB / 55-PSD / 45-PSDB (IMPETRANTE)		LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)	
JUIZ ELEITORAL DA 32ª ZONA ELEITORAL DE PALMAS (AUTORIDADE COATORA)			
MARCOS ANTONIO DA SILVA GOMES (LITISCONSORTE)			
IZAIAS MIKILITA (LITISCONSORTE)			
RAFAEL BOSCO DE SOUZA (LITISCONSORTE)			
LUIZ OTAVIO SENDESKI (LITISCONSORTE)			
SILVANA DE MELO RIBAS (LITISCONSORTE)			
NILSON BUTNER (LITISCONSORTE)			
FERNANDO SOUZA DA SILVA (LITISCONSORTE)			
LUIZ GUESSER (LITISCONSORTE)			
JUÍZO DA 032ª ZONA ELEITORAL DE PALMAS PR (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21641916	01/12/2020 09:09	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) - Processo nº 0600468-61.2020.6.16.0000 - Palmas - PARANÁ

[Conduta Vedada ao Agente Público, Propaganda Política - Propaganda Institucional, Mandado de Segurança]

RELATOR: VITOR ROBERTO SILVA

IMPETRANTE: CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT, PALMAS RUMO AO FUTURO 40-PSB / 55-PSD / 45-PSDB

Advogado do(a) IMPETRANTE: LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474

Advogado do(a) IMPETRANTE: LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474

**AUTORIDADE COATORA: JUIZ ELEITORAL DA 32ª ZONA ELEITORAL DE PALMAS LITISCONSORTE:
MARCOS ANTONIO DA SILVA GOMES, IZAIAS MIKILITA, RAFAEL BOSCO DE SOUZA, LUIZ OTAVIO
SENDESKI, SILVANA DE MELO RIBAS, NILSON BUTNER, FERNANDO SOUZA DA SILVA, LUIZ GUESSER
IMPETRADO: JUÍZO DA 032ª ZONA ELEITORAL DE PALMAS PR**

DECISÃO

Vistos etc.

Cuida-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar, impetrado por
CIDENEI CRISTIAN ALLEBRANDT e COLIGAÇÃO "PALMAS RUMO AO FUTURO – PSB,



PSD e PSDB, figurando como litisconsortes passivos necessários MARCOS ANTONIO DA SILVA GOMES (Vereador e Presidente da Câmara Legislativa Municipal), IZAIAS MIKILITA (vereador de Palmas e candidato ao cargo de Prefeito no município), RAFAEL BOSCO DE SOUZA (vereador de Palmas e candidato ao cargo de Vice-Prefeito no município), LUIZ OTÁVIO SENDESKI (vereador de Palmas e candidato à reeleição no município), SILVANA DE MELO RIBAS (vereadora de Palmas e candidata à reeleição no município), NILSON BUTNER (vereador de Palmas e candidato à reeleição no município), FERNANDO SOUZA DA SILVA (vereador de Palmas e candidato à reeleição no município) e LUIZ GUESSER (vereador de Palmas e candidato à reeleição no município), em face de decisão interlocutória exarada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Eleitoral da 32ª Zona Eleitoral de Palmas/PR, Dr. Eduardo Ressetti Pinheiro Marques Vianna, que indeferiu o pedido liminar nos autos de Representação Especial por conduta vedada a agentes públicos nº 0600355-11.2020.6.16.0032, ajuizada pelos impetrantes em face dos ora litisconsortes passivos necessários, com fundamento no artigo 73 da Lei nº9.504/1997 c/c o artigo 83 e seguintes da Resolução-TSE nº23.610/2019, artigo 22 da Lei Complementar nº64/1990 e artigo 44 e seguintes da Resolução-TSE nº23.608/2019.

Pugnou pelo recebimento e processamento do presente mandado de segurança, com a concessão da liminar, para o fim de fazer cessar publicidade institucional supostamente vedada e proibir os litisconsortes de republicá-la ainda que por meio de comunicação oficial diverso, até o julgamento da Representação de origem.

A liminar foi deferida (ID 11027116) pelo juiz de plantão, decisão ratificada por este relator (ID 11285566).

A Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se (ID 17225816) favoravelmente à concessão da segurança pleiteada nestes autos, confirmando-se a decisão liminar proferida no ID 11027116.

Posteriormente, em 25.11.2020, por meio da petição juntada no ID 20754116, a Coligação "PALMAS RUMO AO FUTURO" informou a ocorrência de julgamento da Representação originária, estando configurada a perda superveniente do interesse de agir, pugnado pela juntada de cópia da sentença do Juiz de origem, bem como pela extinção do feito.

É o relatório.

Decido, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 31, IV, a, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Com a prolação da sentença nos autos de Representação nº 0600355-11.2020.6.16.0032, não existe mais resultado prático possível na análise deste feito, sendo de se deferir o pedido de extinção do feito sem julgamento do mérito, na forma requerida pelo impetrante.

Posto isso, extingue-se o processo sem resolução de mérito, nos precisos termos do art. 485, VI, 2ª figura, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.



Curitiba, 30 de novembro de 2020.

DES. VITOR ROBERTO SILVA – RELATOR



Assinado eletronicamente por: VITOR ROBERTO SILVA - 01/12/2020 09:09:31

<https://pje.tre-pr.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20113019173441000000020987792>

Número do documento: 20113019173441000000020987792